

HABEAS CORPUS Nº 514.859 - SP (2019/0166342-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA - SP149115
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME MANOEL DA SILVA FORTUNATO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GUILHERME MANOEL DA SILVA FORTUNATO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do Agravo de Execução Penal n.º 0004126-92.2018.8.26.0154.

Consta dos autos que, em 20/12/2018, o Juízo da Unidade Regional Estadual de Execução Criminal DEECRIM 8.^a RAJ da Comarca de São José do Rio Preto/SP deferiu o regime aberto (fls. 22-24).

Contra essa decisão, o *Parquet* interpôs agravo em execução, o qual foi provido pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 8):

"Agravo em execução - Outorgada progressão ao regime aberto - Marco inicial da benesse considerado da data do preenchimento dos requisitos legais para concessão do semiaberto - Recurso ministerial objetivando a cassação da decisão monocrática e o refazimento do cálculo a partir do decisum deferitório do regime intermediário - Admissibilidade - Inteligência do artigo 112 da Lei de Execução Penal - Necessidade de cumprimento pelo reeducando de ao menos 1/6 (um sexto) da pena, no regime anterior, para poder pleitear a progressão - Descumprimento do lapso temporal no regime precedente que revela a outorga indireta de autêntica progressão per saltum, inadmitida pelo ordenamento jurídico - Orientação do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema que não tem força vinculativa — Termo inicial de contagem do benefício que deve ser contabilizado a partir da decisão deferitória de progressão, que possui natureza constitutiva, não retroativa ao tempo em que o sentenciado preencheu os requisitos para o benefício — Retorno do condenado ao regime semiaberto e elaboração de novo cálculo, de rigor. Recurso provido."

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo afirma que *"o termo a quo para o cálculo do requisito temporal para a progressão ao regime aberto seja a data na qual preencheu os requisitos para tanto, e não o dia em que efetivamente*

foi publicada a decisão que reconheceu seu direito à progressão ao regime semiaberto" (fl. 3).

Sustenta que essa conclusão afronta a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que a "*decisão que defere a progressão de regime de cumprimento de pena tem natureza declaratória*" (fl. 4).

Requer "*seja concedida a liminar para que o sentenciado permaneça no regime aberto até o julgamento do mérito do presente, e ao final que seja concedida a ordem de Habeas Corpus para o fim de cassar o v. acórdão impugnado, restabelecendo a decisão de primeira instância*" (fl. 4).

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Estão preenchidos os requisitos para a concessão da liminar pleiteada.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo em execução ministerial, com os seguintes fundamentos (fl. 10-11; grifos no original):

"Com efeito, o artigo 112 da Lei de Execução Penal estabelece que 'a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão' (grifo nosso).

Desse modo, o reeducando, indivíduo primário, condenado por crimes não hediondos ou equiparados, para alcançar a progressão de regime, deve cumprir ao menos 1/6 (um sexto) de sua pena corporal no estágio anterior, pois, do contrário, estar-se-ia a outorgar, indiretamente, autêntica progressão por salto, o que se afigura de todo inadmissível e incompatível com o princípio da legalidade."

Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça, em conformidade com a orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, firmou entendimento no sentido de que "*a data inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime*" (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 24/08/2016).

No ponto, destaco ainda o seguinte precedente:

"PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL. DATA EM QUE O APENADO TERIA DIREITO AO

BENEFÍCIO, CUMPRINDO OS REQUISITOS LEGAIS (ART. 118 DA LEP). NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, passou a entender que o termo inicial de contagem do lapso temporal para a progressão de regime deve corresponder à data em que o apenado efetivamente preencheu os requisitos legais do art. 118 da LEP, ou seja, a data em que teria direito ao benefício, devendo, pois, ser computado o tempo em que o apenado ficou no aguardo da análise do pedido.

2. A nova orientação promove tratamento mais justo e mais digno ao apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado, passando a ser adotada por ambas as Turmas Criminais deste STJ.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 362.554/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe de 28/04/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para suspender os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal de origem (Agravo de Execução Penal n.º 0004126-92.2018.8.26.0154) e restabelecer, até o julgamento final deste *writ*, a decisão do Juízo das Execuções Criminais que concedeu o regime aberto ao ora Paciente.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juiz das Execuções Criminais, encaminhado-lhes cópia desta decisão.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de origem, o qual deverá fornecer, ainda, a chave de acesso às informações processuais, caso seja necessário.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora